

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DEBATES SOBRE ESTIGMA RACIAL EM UMA TURMA DO 2º ANO NA AMAZÔNIA.

Andrey Honório Gonçalves Pinto¹
Arthur Vinicius Gomes Moia²
Gleidson Siqueira Adelino³
Mylene Gabriely Almeida da Silva⁴

RESUMO:

O objetivo deste relato de experiência é analisar como a implementação da lei 10.629/2003 e a promoção do debate sobre o estigma racial em uma turma de 2.º ano de uma escola pública do estado contribuem para a construção de uma educação antirracista. Dessa forma, busca-se contribuir para a construção de uma educação antirracista. O estudo adota uma abordagem mista, baseada no trabalho de Creswell (2007), com nível de pesquisa descritivo. Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas. A análise de dados foi utilizada, análise de conteúdo de Bardin e a ferramenta do excel. Os resultados obtidos a partir da pesquisa demonstraram a importância da Lei 10.639/2003 e da pedagogia antirracista no combate ao racismo nas escolas. Concluiu-se que é necessário praticar uma pedagogia antirracista nas salas de aula, a fim de romper com esse paradigma e promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

Palavras-chave: Educação Antirracistas, Estigma Racial e lei 10.639/2003.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, Art. 205, declara que a educação é um direito de todos e deve visar o desenvolvimento pleno da pessoa (BRASIL, 1988), ou seja, a escola é o principal meio combatador de preconceitos estabelecidos ao longo da história.

A necessidade de debates acerca do estigma racial nas escolas é preponderante para a construção de uma sociedade antirracista que visa atender as diferenças e não reproduzir o racismo que ainda opera na atualidade. Dessa forma, historicamente, considerando que o Movimento Negro “venha ser o movimento social mais antigo no Brasil, pois atua desde os primórdios do escravismo, isto é, desde meados do século XVI” (JACCOUD; BEGHIM, 2005, p. 15).

Além disso, no final do século XIX que a elite investiu em um projeto de poder baseado nos postulados do “[...] racismo científico e do darwinismo social e lançou o Brasil numa campanha nacional [...] para substituir a população mestiça brasileira por

¹ Acadêmico do 5 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa. E-mail: andreyhonorio1304@gmail.com

² Acadêmico do 5 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa.

³ Acadêmico do 5 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa.

⁴ Acadêmica do 6 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa.

uma população ‘branqueada’ e ‘fortalecida’ por imigrantes europeus” (ANDREWS, 1991, p. 32 apudSilva; DUARTE, 2018, p. 116).

Nessa perspectiva, Cunha (2020) ressalta que o racismo impede que educadores/as entendam a dimensão racial como um problema histórico, estrutural e estruturalmente das relações sociais em nosso país. Diante disso, pretendemos neste artigo investigar a bagagem crítica de alunos acerca da prática do racismo e suas formas veladas dentro das escolas, juntamente com a complementação da lei 10.639/2003 como uma pedagogia antirracista em uma escola na cidade de Tucuruí-PA.

Neste prisma, surgiu a seguinte pergunta problema “Como a implementação da lei 10.639/2003 que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, promove o debate sobre o estigma racial em uma turma do 2.º ano do ensino médio na escola EEE Médio Raimundo Ribeiro de Sousa, contribuindo para a construção de uma educação antirracista?

Este presente estudo, tem como objetivo geral analisar como a implementação da lei 10.629/2003 e a promoção do debate sobre o estigma racial em uma turma de 2.º ano de uma escola pública do estado contribuem para a construção de uma educação antirracista.

Os presentes objetivos específicos serão investigar o nível de conhecimento e compreensão sobre a lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Ou seja, analisar as percepções dos alunos em relação ao estigma racial presente no ambiente escolar. Avaliar a efetividade do debate promovido sobre o estigma racial como estratégia para fomentar uma educação antirracista na turma do 2.º ano da turma do ensino médio na presente escola.

Esta obra está dividida em cinco seções distintas. A primeira seção oferece um breve panorama sobre a lei que orienta o ensino do conhecimento cultural afro-brasileiro no contexto da educação básica. A segunda seção aborda o tema do racismo presente no ambiente escolar. A terceira seção explora a aplicabilidade da educação antirracista. A quarta seção apresenta os materiais e métodos utilizados no estudo. Por fim, a quinta seção discute os resultados obtidos e promove uma análise aprofundada sobre o tema em questão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI 10.639/2003

O Brasil foi fundado a partir da confluência étnica dos povos indígenas locais, diversos povos negros trazidos da África e os colonizadores europeus portugueses, que chegaram forçadamente devido à perseguição étnico-racial (DARCY RIBEIRO, 2006). Essa mistura de raças, culturas, valores, rituais, costumes e crenças resultou em uma sociedade diversa que demanda o reconhecimento e a preservação dessas diferentes expressões como parte integrante e natural da nossa civilização. É fundamental compreendermos que essa diversidade não deve ser vista como algo estranho, mas sim como uma prática comum a ser valorizada e mantida.

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/2003. Essa lei torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino públicas e privadas. Essa medida representa uma oportunidade para que os valores e conquistas dos povos negros sejam reconhecidos e resgatados, levando em consideração a rica cultura de miscigenação existente no Brasil.

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira. Parágrafo Primeiro - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. Parágrafo segundo - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Art.79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em concordância com o exposto, ressalta-se que a concessão da lei é necessária também para o provimento do movimento artístico, movimento da própria literatura, bem como da real história brasileira, pois “a obrigatoriedade da lei que envolve a história e cultura afro-brasileira deverá ser aplicada em todo âmbito escolar, dando ênfase principalmente nas áreas artísticas, literatura e história brasileira. Além disso, todas as escolas da educação básica terão que adotar no calendário escolar brasileiro o dia “20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra” (GUEDES; NUNES; ANDRADADE,2013).

Consequentemente, torna-se visível que a partir da implementação da Lei 10.639/2003 novas formas de pensar foram estabelecidas pela sociedade, o que contribui para o entendimento de que a diferença de raça é cada vez mais minimizada e que existe diante do espaço escolar a conquista dos povos negros (FIGUEIREDO, 2012).

No ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer 03/2004,

que estabelece as "Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Essas diretrizes têm como objetivo oferecer uma educação que vá além das relações étnico-raciais, promovendo uma sociedade democrática que valoriza a diversidade cultural existente no Brasil. Essas diretrizes visam formar cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade plural e inclusiva (BRASIL, 2004).

Como resultado, analisa-se que intensificou cada vez mais a esfera política, a saber, que posteriormente uma nova lei foi sancionada, a saber, Lei 12.288/2010, para garantir à população negra a igualdade nas oportunidades e direitos, conforme descrito em seu Art. 1º: “Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (BRASIL, 2010).

Em sintonia com o exposto, tem-se com as leis que fomentam o ensino das relações étnico-raciais do ensino público e privado a inserção de “temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira” na grade curricular daqueles cursos que são destinados à formação dos professores. (BRASIL, 2010).

De modo a contribuir, há que se falar da manifestação de uma educação antirracista a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, onde, de forma significativa, foi criada em 2013 o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. (BRASIL, 2013). Entre os eixos fundamentais do Plano, destaca-se “Os eixos 2 -Política de formação inicial e continuada e 3 -Política de materiais didáticos e paradidáticosconstituem as principais ações operacionais do Plano, devidamente articulados à revisão da política curricular, para garantir qualidade e continuidade no processo de implementação”. (BRASIL, 2013).

Por outro lado, mesmo percebendo que a temática da implementação de uma lei corrobora para a igualdade, é mister que não se veja uma conquista apenas por um lado restrito, entretanto, em sentido amplo, ou seja, se estas conquistas estão sendo observadas apenas em uma determinada área restrita de uma região ou se esta abrange uma totalidade, haja vista que “as escolas pouco ou quase não trabalham essa temática, ou seja, as redes de ensino da educação básica público e privado não estão cumprindo a lei de forma

efetiva, uma vez que essa contribuição seria de grande importância para alcançarmos o respeito e igualdade racial”. (AMBRAMOWICZ et al.,2012).

Além disso, ressalta-se que nem toda a sociedade situada ao derredor das fronteiras brasileiras compreenderam ou tiveram na formação de sua educação a temática das relações étnico-raciais como disciplinas de uma grade curricular ou até mesmo como uma palestra de conscientização, haja vista que a lei supracitada decorre de um período de apenas duas décadas de existência. Logo, percebe-se a falta de preparo para os futuros cidadãos do chamado “amanhã” que enfrentarão as situações problemáticas da diversidade e manifestações presentes no âmbito profissional. (MUNANGA, 2005).

A falta da aplicabilidade do ensinamento e aprendizagem de uma cultura que revela a verdadeira identidade e valor da população brasileira, não apenas caracteriza uma sociedade sem conhecimento de sua própria história, como também demonstra uma coletividade carregada por preconceito, racismo, discriminação e desigualdade, onde são desconsiderados todas as marcas e cicatrizes existentes no passado e que prevalecem até os dias de hoje, seja por fator econômico, social, histórico, político e religioso:

É fato que a sociedade brasileira encontra-se marcada pela exclusão social e pela discriminação racial. Por motivos históricos e econômicos, ao negros e índios são os grupos que mais sofrem com a desigualdade social e com o preconceito. Os indicadores socioeconômicos revelam, por exemplo, que os afro-brasileiros estão nos níveis mais baixos de pobreza e de escolaridade e de comando na sociedade. Essa situação reflete a existência de um racismo difuso, porém efetivo, com repercussões negativas na vida cotiada da população negra, em particular das crianças e dos adolescentes, que ainda não desenvolveram mecanismo suficientes de análises críticas. (A'DESKY EL AL, 2002, p. 3).

Por fim, despertar uma sociedade, seja ela no âmbito escolar ou não, para que tome posse de uma educação além dos escritos de uma lei que ampara o conhecimento das raízes que estão entrelaçadas no território brasileiro, é mais do que o necessário, pois o fato de termos apenas a promulgação de determinada lei não torna suficiente para dizer que seu registro possui plena eficácia nos moldes da realidade atual brasileira.

2.2 O RACISMO VELADO NO INTERIOR ESCOLAR: um reprodutor de estigmas.

Estigma, pode ser definido como uma discrepância entre a identidade social real de alguém, aquilo que ele é, e a identidade social virtual, o caráter imputado ao indivíduo pelos outros, ou seja, uma caracterização com base nas expectativas de como ele deve ser. Torna-se assim uma linguagem de relações e não especificamente se refere a um atributo físico, psíquico, moral, de raça, nação ou religião (GOFFMAN, 1982).

Nesse contexto, é notório que os efeitos dos estigmas sociais repercutem

em muitos âmbitos da interação social, não sendo diferente no meio escolar, onde constantemente vemos a reprodução de diversos estigmas estruturais, como é o caso do racismo. Por essa razão, analisar a ocorrência do preconceito racial na escola como um reprodutor de estigmas sociais, é uma tarefa necessária para que tenhamos noção de como combater tais práticas, mesmo quando não evidentes.

O Racismo encoberto/escondido, geralmente é mascarado pelo Bullying que são “apelidos” ou violência verbal vinculado com o aspecto: físico, psíquico e social. Entretanto, quando relacionados a tonalidade da pele ou características fisiológicas do povo negro, denuncia a realidade escolar vigente. A escola, que é um dos lugares fundamentais para a construção da identidade do indivíduo, acaba funcionando como mais um lugar onde o preconceito e a discriminação são desenvolvidos e alimentados (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Essa indiferença pode relacionar-se com o meio social através da verbalização de conotação segregadora. A linguagem grosseira prejudica a mensuração do racismo dentro das escolas, pois garante a reprodução dos estigmas recentes. Por isso, o reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista, e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que essas práticas refletem uma ideologia maior, que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros (RIEDEMANN; STEFONI, 2015).

O Racismo nem sempre aparece de maneira explícita na escola, pois em sua maioria é velado. Os discursos que ferem a população negra podem se manifestar de forma sutil e naturalizada no ambiente escolar, como por exemplo, na falta de representatividade e valorização da cultura negra nos conteúdos curriculares e na ausência de professores negros. A educação escolar, como qualquer outra instância social, longe de estar imune a isso, contribuiu, de diferentes formas, para consolidação desse pensamento. Nessa linha de raciocínio Praxedes (2010) relata que essas práticas podem contribuir para a exclusão e violência simbólica do grupo social negro na escola.

Em virtude disso, o sofrimento, portanto, é expresso através do silêncio e do distanciamento (SILVA, 2017) Destaca-se também que a vergonha muitas das vezes impede que se denuncie experiências de preconceito racial ou mesmo que elas sejam discutidas, o que pode contribuir para a perpetuação do estigma racial. Diante disso, a necessidade de debates acerca do tema, promovendo uma educação antirracista aparada pela lei 10.639/2003, é indubitável para a promoção do combate ao racismo no Brasil.

Em 2023, a pesquisa “Percepções sobre o racismo no Brasil”, encomendada pelo

Instituto de Referência Negra Peregrum e pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e realizada pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), apontou que a cada 10 pessoas que relatam ter sofrido o racismo no Brasil, 3,8 foram vítimas da violência em escolas, faculdades ou universidades.

Os dados da referida pesquisa, demonstram que o ambiente escolar no Brasil, ainda é um local propenso à reprodução de ideias racistas, mesmo que veladas, considerando as diversas práticas cotidianas que reforçam a visão de indivíduos em posição inferior por sua cor, ainda que atualmente haja leis e normas que visem combater o preconceito estrutural.

Sobre o racismo estrutural no Brasil, Silvio de Almeida (2019) aponta que não é possível compreender o racismo sem pensar seu funcionamento a partir das estruturas estatais, pois é por meio do Estado que se opera com a classificação e divisão de pessoas. Como exemplo disso, o autor aponta os limites da representatividade em instituições majoritariamente compostas por pessoas brancas; o exercício disciplinar e regulamentador da vida ou de sua suspensão; e a reprodução de um sistema burocrático mortífero, que se diz exceção, mas que estabelece como política o aniquilamento da população negra brasileira.

Desse modo, é perceptível que a escola, enquanto um desses ambientes propagadores da ausência de representatividade de negros, ainda fomenta práticas racistas em seu cotidiano, mesmo que não explícitas. O ensino de história, por exemplo, ainda reforça ideias de que a população negra obteve sua libertação com a Lei Áurea, assinada livre e conscientemente pela altruísta Princesa Isabel, quando na verdade os negros no Brasil, mesmo após tal fato, ainda viveram por décadas em um contexto de subordinação e ausência de direitos básicos. Essas distorções históricas ainda propagadas no ensino, implicam no reforço da invisibilidade dos problemas enfrentados pela população negra no Brasil, desde àquela época até os dias atuais.

Nesse cenário é que se dá a importância da implementação de políticas públicas educacionais que busquem rechaçar práticas pedagógicas estruturalmente racistas, como é o caso do estabelecido pela Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Ao determinar que os currículos escolares abordem os temas da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes

à História do Brasil, o legislativo previu uma forma de combate ao racismo velado, trazendo a possibilidade de discutir no meio escolar, a contribuição positiva da população negra para a construção da identidade do povo brasileiro, não somente focando na dominação e escravidão como temas principais.

Importante dizer, que a Lei 10.639/2003, nada mais é do que uma consequência do que está previsto na Constituição Federal de 1988, ao estabelecer como objetivo fundamental do Estado Brasileiro, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim, em que pese haver previsão constitucional de igualdade entre todos, no que diz respeito ao racismo, a sociedade brasileira ainda engatinha no enfrentamento aos estigmas decorrentes dessa prática, que muitos educadores ainda negam existir no meio escolar.

Não há como negar que a escola, como ambiente social, é reprodutora de um racismo que por vezes está entranhado nas práticas cotidianas, tornando-se um racismo institucional, pois a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2019). As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. (ALMEIDA, 2019)

A construção de leis que reforcem a luta social contra toda e qualquer forma de racismo, a busca por estabelecer um processo pedagógico plural, e a implementação de políticas públicas de acesso e permanência na escola para a população negra, são modos de minimizar o racismo velado que permeia o contexto escolar brasileiro, fruto da estrutura social racista que vivenciamos, marcado por desigualdades sociais, políticas e educacionais.

No entanto, nenhuma mudança ocorrerá sem o debate sobre racismo, o que deve ser, também, incentivado nas escolas. Para GOMES (2005) Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação

humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar.

Os estigmas raciais preconceituosos ainda são reforçados por muitas práticas pedagógicas, e somente a inserção de modelos educacionais antirracistas, focados na disseminação da cultura negra, na presença de mais educadores negros e, principalmente, na busca por debater o problema do racismo velado, é que podem alterar essa realidade, no intuito de construir coletivamente formas efetivas de uma educação plural e igualitária.

2.3 APLICABILIDADE DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Para entendermos de forma mais abrangente a importância da educação antirracista, é necessário analisar, o que esse termo busca combater. Segundo Gomes (2003), o racismo está enraizado na negação do acesso da população negra à educação e, consequentemente, à produção de conhecimento, sendo a escola um espaço onde esse racismo se perpetua. Diante disso, torna-se indispensável adotar novas perspectivas, discursos e práticas, bem como posturas políticas, a fim combater efetivamente o racismo. Vale pontuar o pensamento de BERSANI (2017):

Assim, por corresponder a uma estrutura, o racismo não está apenas no plano da consciência –a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas. Trata-se de um elemento estrutural no Brasil porque formatado desde a vigência do escravismo colonial como modo de produção (BERSANI, 2017, p. 381).

A Educação aflorada em uma pedagogia que implica na importância de debates, roda de conversas, estudos assertivos sobre o racismo estruturado no Brasil e a história do povo negro com suas lutas e realidade, denuncia a necessário que a escola se abra para a diversidade racial e cultural e para as diferentes realidades vivenciadas por seus atores no intuito de não intensificar ainda mais o seu papel de (re)produtora de desigualdades sociais, discriminações, preconceitos e racismo (TRINDADE, 1994).

De acordo com Silva e Santos (2020,p. 668),é fundamental que “[...]os(as) professores(as) reflitam sobre a questão da diversidade étnico-racial de modo a (re)pensarem suas práticas pedagógicas; o que remete à necessidade de que os cursos de formação docente garantam a temática da diversidade e da igualdade étnico-racial em seus currículos”.

As práticas pedagógicas visando uma educação antirracista, promove uma desconstrução da visão eurocentrica intraeducacional estabelecido desde a construção do Brasil e reproduzido nos dias atuais, principalmente como essa identidade é encoberta com a prática do racismo, refletindo uma perseguição de um passado não tão distante. Gomes (2011) ressalta a necessidade de organizar uma pedagogia das ausências e das emergências, nas quais, respectivamente, os saberes produzidos pelo movimento negro sejam reconhecidos e as condições de superação do racismo e das desigualdades, por estes sustentadas, sejam criadas no campo da Educação.

A Educação antirracista é a metodologia aplicada para combater o racismo no ambiente escolar, buscando envolver os estudantes por meio de palestras, roda de conversa, depoimentos, teatros, além da própria história da luta negra e outras formas informativas que contrapõem um sistema reprodutor de estigmas discriminatórios. Almeida e Sanchez (2017), ressaltam que a Lei N°10.639/2003, como uma política afirmativa a desconstrução de mentalidades e práticas preconceituosas, que resultaram do longo período de escravização no Brasil.

A Escola desempenha um papel crucial nesse combate e na interrupção da prática do racismo. Dalarosa (2008), em seu texto, destaca como a educação, ao longo do tempo, serviu para moldar os indivíduos com base no que era exigido nos espaços sociais, historicamente dominados pela epistemologia dos privilegiados, negligenciando a história e a cultura do povo negro.

Diante disso, segundo a obra “Pedagogia do oprimido” (FREIRE, 1987), na importante reflexão sobre o fato de que ninguém liberta ninguém, tampouco se liberta sozinho, porque os homens se libertam em comunhão. E realça ainda que:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crerem si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 29).

É comum, dentro das salas de aula abordarmos figuras históricas importantes que contribuíram para os rumos da humanidade, dentro de uma abordagem antirracista, pode-se consolidar lideranças da luta negra como uma figura de representatividade, buscando para o público presente os feitos de um povo que foi subjugado e que hoje busca direitos iguais que são negados da mesma forma que no passado. Portanto, há uma

barreira construído historicamente em relação ao negro, em contrapartida, concebido como modelo universal de humanidade, o branco é visto como o padrão de referência, econômico, social e político. Este modelo de branquitude gera uma espécie de pacto fundamental para a manutenção das desigualdades raciais no Brasil (Bento, 2014).

É indubitável que para alcançarmos uma igualdade racial, da qual não seja uma ideia utópica precisamos de professores norteados pela Lei 10.639/2003 e a abordagem praticada dentro das salas de aula de cunho antirracista, para aprimorar a criticidade do alunato para então interromper a reprodução do racismo nas escolas. Nesse sentido, é imprescindível, para a implementação da Lei 10.639/03, a execução de estratégias voltadas para a formação docente alinhada a perspectivas interculturais/multiculturais/antirracistas; ações articuladas para a reorientação dos currículos pedagógicos; e, em um plano mais geral, o enrijecimento de fiscalização do dispositivo legal pelas instâncias governamentais (REIS; CALADO, 2020).

3.0 MÉTODO

TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um estudo de abordagem mista, caracterizado como um relato de experiência. Segundo Creswell (2007), essa abordagem busca esclarecer o objetivo de unir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo, incluindo métodos múltiplos de coleta de dados e formas diversas de análise. Além disso, para embasar teoricamente o estudo, foram utilizados periódicos como fonte de dados, tais como a Revista Coca, Práxis Educativa, Motrivivência, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista em Favor de Igualdade Racial do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Revista Ensaio e Pesquisas em Educação e Cultura educativa. Essa coleta de dados abrangeu o período de 2019 a 2023 e utilizou descritores como "Educação Antirracista", "Estigma Racial" e "Lei 10.639/2003".

No tópico 2.1, intitulado "A lei 10.639/2003", foram realizadas coletas de dados bibliográficos com o objetivo de abordar a importância da implementação dessa legislação. A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Por meio dessa lei, busca-se promover a igualdade, o respeito e a valorização da diversidade étnica e cultural presente no Brasil, proporcionando uma educação mais inclusiva e consciente da contribuição dos povos afrodescendentes para a formação do país.

B - NÍVEL DA PESQUISA EXPLORATÓRIO

A pesquisa adota o nível exploratório. Segundo (WHITR e ROTH,2009) “a pesquisa exploratória, a qual em geral é conduzida sem que o pesquisador conheça ou tenha forte domínio sobre o que está pesquisando”. Que tem como objetivo preencher lacunas de informações que estão faltando em um estudo.

C - LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi conduzida em uma escola pública do interior do Estado do Pará, a saber, EEEM Deputado Raimundo Ribeiro de Souza, localizada na cidade de Tucuruí, Sudeste do Pará, precisamente na turma do 2º EG5.

D - POPULAÇÃO E AMOSTRA:

A população-alvo deste estudo consiste em um grupo de 25 indivíduos com idades entre 15 e 18 anos, incluindo ambos os sexos (masculino e feminino). Esses indivíduos foram selecionados como amostra para participar da pesquisa.

E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O meio de obtenção de dados é um questionário estruturado composto por 10 perguntas de resposta fechadas e com alternativas. Segundo a definição fornecida por Autor (ano), o questionário é caracterizado como Hair et al. (2014) ressaltam que desenvolver questionários é um processo sistemático de atividade lógica. Isto porque um bom questionário deve refletir decisões dos pesquisadores sobre como os dados serão coletados e analisados

Em seguida, foi aplicado um formulário que continha 10 perguntas, para alunos que queriam se expressar através da escrita. os alunos que queriam se expressar através da escrita, alunos que queriam se expressar através da escrita.

F - ANÁLISE DE DADOS:

A avaliação dos dados será conduzida utilizando a plataforma CANVA como ferramenta analítica. De acordo com Conceição (2022), o canva é definido como uma plataforma de recurso para a construção de designers, conteúdos infográficos entre outras funcionalidades, tornando-o eficaz para profissionais e amadores.

G - ASPECTOS ÉTICOS:

Segundo a abordagem da pesquisa, é de extrema necessidade adotar as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução CNS nº 510/2016, a qual prevê a condução de estudos envolvendo seres humanos. Será devidamente obtido o consentimento livre e esclarecido de todos os participantes por meio da utilização de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O presente documento será redigido de maneira clara e acessível,

fornecendo informações pormenorizadas acerca dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios inerentes à pesquisa.

Os participantes serão oportunizados a formular perguntas e esclarecer eventuais dúvidas antes de firmarem o TCLE, assegurando, assim, que seu consentimento seja prestado de forma voluntária e informada. A privacidade e a confidencialidade dos participantes serão rigorosamente preservadas, bem como a segurança e a integridade dos dados coletados. Ademais, a pesquisa será submetida à apreciação e à aprovação prévia de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo-se, desse modo, a conformidade com as normas éticas estabelecidas na mencionada resolução. Portanto, o respeito aos direitos inalienáveis e ao bem-estar íntimo dos participantes é de suma importância na totalidade da pesquisa.

4.0 RESULTADOS

4.1 ÁUDIO TRANSCRITOS NO DEBATE:

“O racismo tem a base mais familiar, acho que na escola acontece muito isso por conta dos problemas familiares e como a pessoa é criada. Então a escola ensina sobre a cultura negra, história dos escravos. A gente participa do dia 20 de novembro, semana passada teve o desfile da (beleza negra). É estudado, ensinado. Porém na escola acontece mais por casos de como fomos criados.

“Os negros são citados quando o assunto é escravidão, eles não falam mais sobre os negros hoje em dia, o que eles trazem para a nossa sociedade, eles falam mais sobre o passado (Aluno A).”

“A minha visão é que muitos que tem a cota, eles se apropriam. Nós sabemos que o racismo não só ser negro, também tem sua etnia. Muitas vezes não se sabe se aquela pessoa de pele branca tem descendentes: indígenas, ou africanas. Então, muitas das vezes só pela pessoa ter a cota por uma descendência e ter uma condição boa. “

A partir das análises abordadas pelo levantamento da literatura, buscou-se compreender o papel escolar no combate do racismo, como a lei 10.639/2003, funciona através de uma pedagogia antirracista e suas aplicada nas salas de aula. Compreende-se, que a forma aplicada pelo estudo considera que o seminário proposto, juntamente com o formulário, intensificou um olhar abrangente sobre o racismo velado nas escolas.

Além disso, observou-se que a abordagem utilizada no ambiente escolar promoveu um debate significativo quanto ao respeito à diversidade e a valorização da cultura afro-brasileira, corroborando para a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária. Os participantes relataram uma maior consciência das desigualdades raciais e uma mudança de atitudes em relação ao tema, evidenciando a importância do trabalho educativo nesse contexto.

No entanto, também foram identificadas algumas limitações, como a resistência de alguns alunos em abordar questões relacionadas ao racismo e a limitação de recursos didáticos adequados que poderiam ser utilizados de forma mais proveitosa. Esses desafios destacam a necessidade de investimentos na formação continuada de professores e no trato cotidiano desse assunto no ambiente escolar.

Em suma, os resultados obtidos a partir das análises demonstram que a lei 10.639/2003 e a pedagogia antirracista têm um papel fundamental no combate ao racismo nas escolas, podendo ser observado com maior transparência nas falas de alguns alunos durante o debate em sala de aula. Outro ponto interessante é o entendimento do Aluno B, que afirma:

“O racismo tem a base mais familiar, acho que na escola acontece muito isso por conta dos problemas de como a pessoa é criada.” Aluno B

Em suma, os resultados analisados indicam que a implementação da Lei 10.639/2003 e a adoção de uma pedagogia antirracista desempenham um papel crucial no enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Essa influência pode ser observada de maneira mais evidente nas contribuições verbais de alguns alunos durante os debates em sala de aula. Além disso, destaca-se o comentário do Aluno B, que sugere que o racismo tem suas raízes na esfera familiar, e que a escola muitas vezes se torna um espaço onde esses problemas se manifestam devido à forma como as pessoas são criadas.

O primeiro conceito de racismo, proposto por um aluno, diante do debate, é evidenciar a importância da família na construção do caráter íntimo, e que o racismo deve ser pauta nas conversas familiares, principalmente na luta contra um estereótipo racial. Pode-se citar, que de acordo com a vivência posterior da família, o indivíduo compartilhará esses valores adquiridos enquanto um ser que está em uma constante construção de seus valores.

Esses “costumes” absorvido, realçará na escola, pois a forma de tratamento com seus colegas, permitirá se o campo familiar está transferindo o racismo pelo comportamento. Com isso, o papel escolar será o lugar onde os pré-conceitos serão desmitificados e assim ter possibilidades de igualdade articulada com a diversidade racial:

Em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes

grupos sociais e étnico-raciais. (GOMES, 2008, p. 70).

Nesse sentido, outro fala que pode-se destacar é sobre o Aluno C que, relata:

“Então a escola ensina sobre a cultura negra, história dos escravos. A gente participa do dia 20 de novembro, semana passada teve o desfile da beleza negra. É estudado e ensinado.”

Nesse contexto, é relevante destacar a contribuição do Aluno C, que relata sua percepção sobre a abordagem da cultura negra e a história dos escravos na escola. Segundo sua fala, a escola oferece ensinamentos e estudos relacionados a esses temas, evidenciados por eventos como a celebração do dia 20 de novembro e o recente desfile da beleza negra. Essa afirmação ressalta a importância da escola em proporcionar um ambiente educacional que valoriza e ensina sobre a cultura e a história dos afrodescendentes.

Verificou-se, conflitos no espaço escolar em relação a temática do racismo, pois a metodologia aplicada não se encontra nos parâmetros proposto pela pedagogia antirracista concreta. A temática sobre o povo negro é tratada na chegada do mês de novembro, isso denuncia que a elaboração da luta negra é restringindo por um breve mês, Cavalleiro(2005) reflete que:

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negro e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. (CAVALLEIRO, 2005, p. 11)

O aluno D relata que:

Os negros são citados quando o assunto é escravidão, eles não falam mais sobre os negros hoje em dia, o que eles trazem para a nossa sociedade, eles falam mais sobre o passado. Aluno D

O aluno D expressa uma preocupação em relação à abordagem dos negros na escola, mencionando que eles são frequentemente citados apenas em relação à escravidão, enquanto pouco é discutido sobre a contribuição dos negros na sociedade contemporânea. O aluno ressalta a importância de também abordar as realizações e a relevância dos negros no presente, em contraste com um enfoque predominantemente voltado para o passado histórico. Essa reflexão do aluno D destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente e atualizada sobre a temática racial na educação.

A relação de casualidade de que o papel do negro foi somente ser escravo, transfigura o tempo, pois cria uma mentalidade de que o povo negro não é capaz de estarem em uma ocupação privilegiada: como a presidência de uma país ou de ganhar um prêmio Nobel, ser apresentador de um jornal. A parte sofrida, evidenciada na colocação do aluno, se remete a maioria dos livros didáticos que não mostra a ocupação das figuras negras atuais, conforme estabelece, Munanga(2020):

Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham a priori desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiravam. A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre as duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas da exploração predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. (MUNANGA, 2020, p. 22).

Por isso, a forma como os europeus tinham dos negros no passado era de exploração, atualmente o enfoque está em restringir as conquistas do povo negro em diversos espaços sociais.

Muitas vezes não se sabe se aquela pessoa de pele branca tem descendentes: indígenas, ou africanas. Então, muitas das vezes só pela pessoa ter a cota por uma descendência e ter uma condição boa. Aluno E

O Aluno E levanta uma questão relevante ao mencionar que, muitas vezes, não é possível identificar a ascendência de uma pessoa de pele branca, seja ela indígena ou africana. Ele aponta que, em alguns casos, uma pessoa pode se beneficiar de políticas de cotas por ter uma ancestralidade que lhe conceda esse direito, mesmo que aparentemente possua uma condição socioeconômica favorável. Essa reflexão ressalta a complexidade da identificação racial e a necessidade de considerar diferentes aspectos ao implementar políticas de ação afirmativa, levando em conta não apenas a aparência física, mas também a herança étnica e a diversidade de experiências individuais.

A Discussão sobre as cotas não está somente decorrente a descendência de um indivíduo, mas a disponibilidade da educação no Brasil em relação ao povo negro e dos povos indígenas, vale ressaltar que é uma lei da qual se aplica com objetivo de combater o racismo e a exclusão social. Para isso, as cotas são importantes para uma política de inclusão, oferecidos pelo Governo Federal através da Educação. A cota é um mecanismo de visibilidade perante a uma sociedade pautada pela hierarquização. Segundo Gomes (2017, p. 94), “[...] a identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual”, e as cotas raciais vêm fazendo esse movimento e, aos poucos, “[...] a

negritude começa a ser percebida socialmente como uma forma positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade” (GOMES, 2017, p. 94-95).

4.2 FORMULÁRIO-RESPOSTAS

Nesta seção teórica será apresentado as questões utilizadas na pesquisa, conforme a figura 01, e suas respectivas respostas.

Formulário de perguntas

- 1) O que é racismo?
- 2) Você considera que a escola em que estás matriculado promove efetivamente o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelecido pela lei 10.639/2003?
- 3) Quais os tipos de educação antirracista você já participou no interior escolar?
- 4) Quais os personagens negros você considera como identidade pela luta contra o racismo?
- 5) Você acredita que o uso de “apelidos” inapropriados relacionando a cor de pele pode promover um humor pejorativo, sendo vinculado como racismo velado?
(SIM)
(NÃO)
- 6) Você já foi vítima de Racismo?
(SIM)
(NÃO)
- 7) Como você define estigma racial dentro do ambiente escolar?
- 8) Através da Lei 10.639/2003 é fundamental para a promoção de uma educação antirracista?
- 9) Como o racismo afeta as pessoas negras?
- 10) Você sabia que existe uma lei que dentre outros aspectos institui o dia 20 de novembro como data para abordar o Dia da Consciência Negra?

Figura 1 - Fonte autoria própria.

1) O que é Racismo?

Tabela 1 - Fonte autoria própria.

Alunos	Respostas
Indivíduo “A”	Racismo é uma diferença que as pessoas brancas fazem com as negras, além de fazer piadas de mal gosto.
Indivíduo “B”	É o ato de ofender alguém pela sua cor, seja branca ou negra
Indivíduo “C”	Racismo é um crime feito com as pessoas, por conta da sua diferença de cor de pele
Indivíduo “D”	É sentir que se é de uma raça superior, tratando pessoas de outras etnias com discriminação
Indivíduo “E”	Racismo é o preconceito praticado contra pessoas com base na cor de pele.
Indivíduo “F”	É, acima de tudo, um crime. É também um preconceito com culturas e pessoas pretas/indígenas
Indivíduo “G”	Não Respondeu

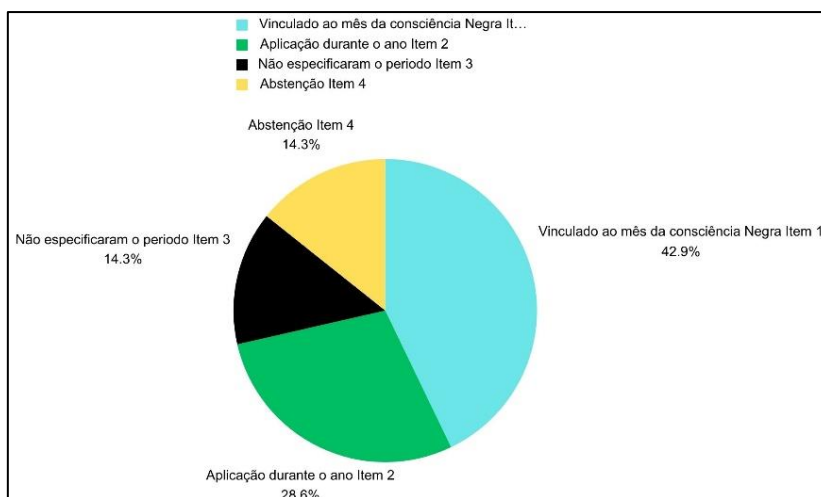
Conforme a tabela demonstrada, percebe-se que há diversos conceitos acerca do que de fato “é Racismo?”. Embora, partem de um mesmo pressuposto, de que é uma prática totalmente vinculada a cor de pele que tem em seu padrão o sentimento de superioridade em relação ao povo negro, e com isso tomam a liberdade de ofender o

próximo de diversas formas.

Por conseguinte, os indivíduos A, D e E demonstram que o racismo é acomodado pela indiferença e quem o pratica está cometendo um crime, conforme exposto pelos indivíduos C e F. Diante disso, “(...) O racismo é, portanto, uma desumanização e uma negação da humanidade do outro, uma destruição muito profunda, que apenas a mobilidade social não resolve” (MUNANGA, 1996, p.223).

2) Você considera que a escola em que estás matriculado promove efetivamente o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelecido pela lei 10.639/2003?

Gráfico 1



Fonte: autoria própria

De acordo com os dados retirados por meio do gráfico acima, demonstra que a reflexão com a didática escolar promovida pelo corpo docente, estabelece que as práticas antirracistas estão de acordo com a lei proposta e que promovem eventos destinados a esse tema, mesmo que esteja somente restringido ao mês da consciência negra. O reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista, e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que essas práticas refletem uma ideologia maior, que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros (RIEDEMANN; STEFONI, 2015).

3) Quais os tipos de educação antirracista você já participou no interior escolar?

Tabela 2 - Fonte autoria própria

Alunos	Respostas
Indivíduo “A”	Projetos sobre índios na Amazônia
Indivíduo “B”	Nenhum, é algo que pode ser melhorado na escola.
Indivíduo “C”	tivemos na quadra para opor o racismo

Indivíduo “D”	Nenhuma resposta
Indivíduo “E”	O estudo sobre diferentes culturas, raças e entendimento sobre seus costumes
Indivíduo “F”	Nenhuma resposta
Indivíduo “G”	Não Respondeu

De acordo com o exposto, mesmo que os alunos entrevistados sejam da mesma turma, as vivências de cada relato são antagônicas entre si. Apenas os indivíduos A, C e E, sustentam o pressuposto que a o espaço onde estudam teve práticas antirracistas. Por isso, as escolas devem promover: debates, rodas de conversas, depoimentos, palestras. Todas voltadas em uma abordagem antirracista, para então romper a estrutura da superioridade racial imposta no passado. No Brasil, foi desenvolvido e consolidado o racismo estrutural pautado na superioridade racial da cultura branco-europeia, que desvaloriza as culturas minoritárias, como a cultura africana constituinte da nossa cultura (POMIN; CAFÉ,2020).

4)Quais os personagens negros você considera como identidade pela luta contra o racismo?

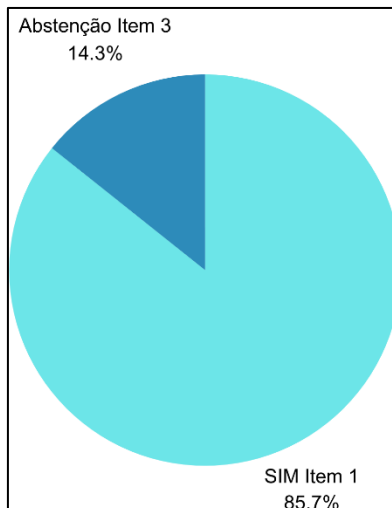
Tabela 3 - - Fonte autoria própria

Alunos	Respostas
Indivíduo “A”	Não conheço nenhum
Indivíduo “B”	No brasil, principalmente não há fortes personagens, porém há rapper Djonga e e as ideologias da deputada Marielle Franco
Indivíduo “C”	Não considero nenhum, porque não sou profundamente no caso.
Indivíduo “D”	Nelson Mandela e Marielle Franco
Indivíduo “E”	Super Choque e Miles Morales.
Indivíduo “F”	Um personagem de “Orange is the new black”
Indivíduo “G”	Não Respondeu

A construção de uma identidade negra é tardia, por conta do estereótipo imposto ao longo dos anos. A gama de personagem negros está totalmente vinculado com a mídia, percebe-se que o indivíduo B e D citam a ex-Deputada Marielle Franco, importante figura na área da defesa de minorias e representante das causas raciais do aspecto político no Brasil. Embora, obtivemos os indivíduos A e C sem reconhecimento dos personagens negros no país, enquanto indivíduo E e F relacionam personagens fictícios no mundo televisivo. O Empoderamento através da representatividade será alcançado quando o sistema educacional entender suas potencialidades sociais, pois “quem está despreparada, na verdade, é a Escola. É necessário que ela deixe de ser um obstáculo a mais e prepare-se para superar os preconceitos e conviver com a diversidade humana”. (SILVA Jr. 2002, p. 58)

5) Você acredita que o uso de “apelidos” inapropriados relacionando a cor de pele pode promover um humor pejorativo, sendo vinculado como racismo velado?

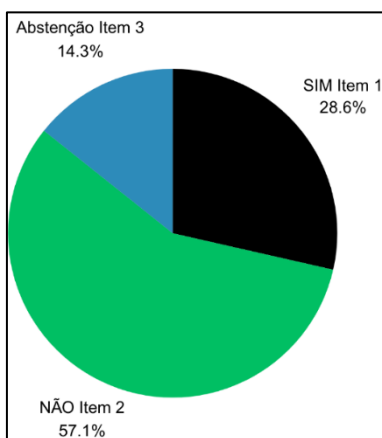
Gráfico 2



Em meio a troca social recorrente no ambiente escolar, a normalidade no trato interpessoal pode ser um caminho desagradável, a partir do momento em que os “apelidos” tornam-se diários, relacionando a cor de pele com algo pejorativo, para minimizar essa prática, geralmente é vinculado com o bullying, embora seja o racismo velado em questão. No gráfico acima 85.7% dos alunos entrevistados acreditam que existe uma ramificação do racismo através de piadas. Pereira (2011), enfatiza que o racismo velado é aquele que se faz presente em atos disfarçados e sutis, onde o agressor muitas vezes não percebe que está ferindo os direitos e a honra da vítima.

6) Você já foi vítima de Racismo?

Gráfico 3



Segundo o dado exposto, a maioria dos entrevistados não sofreram Racismo, seja ele no interior escolar ou em outro espaço social. Diante do exposto, é significativo

destacar que mesmo que a maioria dos entrevistados não tenham sido vítimas do racismo, carece o direcionamento e a atenção para aqueles que já sofreram a prática. Onde segundo Matos; França (p.2, 2023), a educação brasileira está firmada na falta de debates que levem a discussão da temática no planejamento escolar, interrompendo a progressão de relações mais significativas entre os indivíduos.

7) Como você define estigma racial dentro do ambiente escolar?

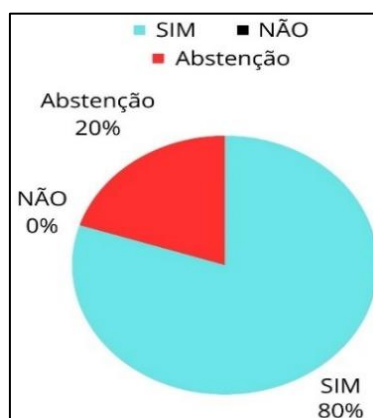
Tabela 4 - Fonte autoria própria

Alunos	
Indivíduo “A” Indivíduo “B” Indivíduo “C” Indivíduo “F”	Nenhuma resposta
Indivíduo “D” Indivíduo “E”	Definido por “piadas racistas”, “humor”

A tabela da questão número 7 (sete) demonstra a percepção dos alunos referente a definição ou conceito do “estigma racial” dentro do ambiente escolar. Conforme a tabela, apenas os indivíduos D e E responderam à questão, onde defiram o estigma racial, como, por exemplo, “piadas racistas” e “humor”. Percebe-se, então, que houve déficit de respostas a serem analisadas, uma vez que 4 (quatro) indivíduos de um total de 6 (seis) não responderam com êxito a pergunta proposta, onde não houve “nenhuma resposta”. Pressupõe que a inexistência das respostas seja caracterizada por dois motivos: os alunos não responderam por motivos de conveniência ou oportunidade; os alunos não sabiam o real significado da expressão “estigma racial”, sendo este último fator também atrelado na ideia de que as escolas pouco ensinam sobre a temática. (AMBRAMOWICZ et al., 2012).

8) Através da Lei 10.639/2003 é fundamental para a promoção de uma educação antirracista?

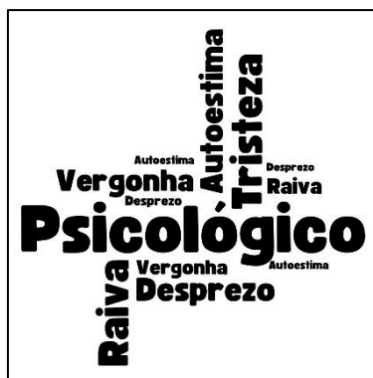
Gráfico 4



Fonte: autoria própria

Observa-se através do gráfico da questão número 8 (oito) que a Lei 10.639/2003 é fundamental para a promoção de uma educação antirracista, embora haja 20% de abstenção nas respostas, o que significa uma minoria. A educação antirracista é aquela pautada na igualdade dos diversos povos, culturas e costumes, onde o pensamento do homem é transformado e este é capaz de agir em não negligenciar a história do povo negro. (DALAROSA, 2008).

9) Como o racismo afeta as pessoas negras?



Fonte: autoria própria

Quanto à pergunta de número 9 do formulário, que indaga: “Como o racismo afeta as pessoas negras?”, observou-se uma certa dificuldade em descrever os danos que podem causar nas pessoas que sofrem o racismo, destacando palavras comuns de serem ouvidas quando trata-se desse tema. A raiva surge como uma resposta natural diante das situações de preconceito e discriminação que são enfrentadas cotidianamente. O desprezo, resulta da marginalização e do tratamento inferiorizado que muitas vezes são direcionados às pessoas negras. A vergonha, quando a pessoa é alvo de estereótipos negativos que são impostos pela sociedade. A autoestima pode ser prejudicada, pois o racismo pode corroer a confiança e a valorização pessoal, levando a internalização de ideias de inferioridade.

Diante dessa observação, vale ressaltar que as consequências do racismo não se limitam apenas a aspectos emocionais e psicológicos, mas também afetam diversos aspectos da vida das pessoas negras. O racismo pode ter impactos no acesso a oportunidades educacionais, empregos e moradia, restringindo o desenvolvimento pessoal e profissional.

10) Você sabia que existe uma lei que dentre outros aspectos institui o dia 20 de novembro como data para abordar o Dia da Consciência Negra?

Tabela 5 - Fonte autoria própria

Alunos	Respostas
Indivíduo “A”	Sim

Indivíduo “B”	Sim, é o único dia que o Brasil se recorda de suas origens
Indivíduo “C”	Nenhuma resposta
Indivíduo “D”	Nenhuma resposta
Indivíduo “E”	Nenhuma resposta
Indivíduo “F”	Sim.
Indivíduo “G”	Não Respondeu

Neste item extraiu-se a resposta do indivíduo B “*Sim, único dia que o Brasil se recorda de suas origens*”. A crítica, onde aponta que são poucos os dias que o Estado brasileiro se propõe a fazer alusão a Consciência negra e outras datas comemorativas em relação ao assunto em pauta, o que nos retoma da luta de Palmares, por tanto tempo negligenciada na história do Brasil, consistiu um importante pilar na constituição do Movimento Negro contemporâneo, assim como de diversas outras organizações afro-brasileiras, recontando e reescrevendo esse passado para que pode-se ser reconhecido hoje no futuro (NASCIMENTO, 1980, p. 157).

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, a lei 10.639/2003 é indubitável para a promoção do combate ao racismo nas escolas, entretanto a forma como essa lei é aplicada é errônea, pois permite que o estereótipo do povo negro esteja sempre orbitando a: escravidão, sofrimento e dor. Outrossim, não demonstrando aos alunos as conquistas deste mesmo povo atualmente.

A Pauta racial deve ser estimulada por diversos campos sociais: No seio família, no espaço escola, na sociedade e o Estado como orquestrador da igualdade. Portanto, a união desses setores é primordial para o enriquecimento da cultura negra e o combate ao racismo.

A Forma como o racismo se expressar atualmente, continua de forma velada, com a ausência de punição para seus praticantes e acompanhada com o “desconforto” da vítima em se expressar. A escola por sua vez, necessita de um olhar abrangente sobre este empecilho que na maioria das vezes é negligenciada.

Torna-se evidente, que a construção de uma igualdade racial, vem por meio na intervenção encolar, através de um ensinamento no interior escolar, desde os professores nas salas até os gestores escolares, para organizar um sistema que permeie e identifique o racismo velado.

Por fim, há necessidade da promoção de uma pedagogia antirracista nas salas de aula para a quebra desse paradigma. Dessa forma, a lei 10.639/2003 será realmente praticada, e assim a escola deixará de ser um reprodutor de estigmas gradativamente.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete et al. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. Ministério da Educação, São Paulo, p.1- 220, 2012.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, M.A.B.; SANCHEZ, L.P. **Implementação da Lei 10.639/2003: competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. Proposições, Campinas, v. 28, n.1 (82),p. 55-80, jan./abr. 2017.DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141> .

BORGES, Edson et al. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BENTO, M. A. S. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: CARONE, I.;

BENTO, M. A. S. (orgs.)**Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. **Revista Educação em Perspectiva**. Viçosa, v.8, n.3, p. 380 –397, set./dez. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil.Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, 2005

BRASIL. Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECADI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CONCEIÇÃO, Neandro Costa. **AS FERRAMENTAS EDUCACIONAIS DIGITAIS: CANVA, GOOGLE FORMS E PADLET COMO RECURSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM**. 2022. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialista em Informática na Educação, Centro Tecnológico, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

CUNHA, D.A. da. (org.). **Educação, negritude e interculturalidade: pesquisas e contribuições metodológicas**. Castanhal: Editora DAC, 2020.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Maranhão, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe Média negra: Trajetórias e Perfis**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.1-2012, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOFFMAN E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Nilma. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In **Superando o Racismo na escola**. Org. Kabengele Munanga. 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. **O desafio da diversidade**. In: GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 11-26.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 23, p. 75-85, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782003000200006>.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Candau (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. **Revista Latino-Americana de História**. v.2, n.6, p. 422-430, 2013.

HAIR JR, Joseph F. et al. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing**. 3ª Edição. AMGH Editora, 2014.

INSTITUTO DE REFERÊNCIA NEGRA PEREGUM. **Percepção sobre o racismo**, 2023. Pesquisa “Percepções sobre o racismo no Brasil”. Disponível em: <<https://percepcaosobreracismo.org.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

JACCOUD, L. B. de; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_desigualdades_raciais_brasil.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MATOS, Patrícia Modesto; DE FRANÇA, Dalila Xavier. Racismo e escolarização: formas e consequências na trajetória escolar de alunos negros. *Revista Contexto & Educação*, v. 38, n. 120, p. e10888-e10888, 2023.

MUNANGA, K. **As facetas de um racismo silenciado**. IN SCHWARCZ, Lilia. Moritz; Queiroz, Renato da Silva (org.) *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP: Estação ciência, 1996.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

MUNANGA. Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TEIXEIRA, Elisa Ferreira. ABDIAS NASCIMENTO E O PAN-AFRICANISMO: dizeres, saberes e experiências no autoexílio (1968-1981). In: **II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste-“Epistemologias Negras e Lutas Antirracistas**. 2019.

PEREIRA, Tatiane. **O Racismo Velado**. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/opiniaio/tribuna-livre/13-05-2018/racismo-velado.html>>Acesso em: 13 de dez. de 2024.

POMIN, F.; CAFÉ, L. S. Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. *Florianópolis: Motrivivência*, v. 32, n. 63, p. 01-23, 2020.

PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. **A questão racial e a superação do eurocentrismo na educação escolar**. In: COSTA, Luciano Gonsalves (Org.). *História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais*. Maringá: Eduem, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed.

São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS, Diego dos Santos; CALADO, Maria da Glória. Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03. **Cadernos do Aplicação: Pesquisa e Reflexão em Educação Básica**, Porto Alegre, v. 33, ed. 2, 2020.

RIEDMANN, A.; STEFONI, C. Sobre el racismo, su negación y las consecuencias para una educación anti-racista en la enseñanza secundaria chilena. *Polis*, Santiago, v. 14, n. 42, p. 191-216, 2015.

SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002. 96 p.

SILVA, Ana Célia. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, R.T.C.; DUARTE, A. Um longo caminho: a aprovação da lei 10.639/03 como fruto da luta do movimento social negro pelo direito à educação (1889-2003). **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.16, n.3, p. 114-138, jul./set. 2018.

SILVA, M. R. P.; SANTOS C. S. A literatura afro-brasileira em um Centro de Educação Infantil do município de São Paulo. *Revista Cocar*, Belém, v.14, n. 28, p. 664-680, jan./abr. 2020.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **O Racismo no cotidiano escolar**. 1994. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Departamento de Psicologia em Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1994. Cap. 9.

WHITE, R. W.; ROTH, R. A. *Exploratory Search: Beyond the Query-Response Paradigm*. Chapel Hill, NC, USA: Morgan & Claypool, 2009.